

MUDAR DE RUMO

+ **emprego, salários, direitos**

13 MAR.
14,30h

CONCENTRAÇÃO

Marquês de Pombal

A CAMINHO DOS RESTAURADORES

PARTICIPA NO ESPAÇO DOS JOVENS TRABALHADORES



Manifestação

Jovens em luta 28 de Março



**Um Novo Rumo,
Por emprego com direitos,
+ estabilidade, salários**

**No dia 28 de Março
Dia Nacional da Juventude,**
os jovens trabalhadores têm a sua
própria luta:

14H30, Rossio em Lisboa

- Em defesa do emprego, contra a precariedade;
- Por emprego com direitos;
- Por aumentos salariais;
- Por justiça social, contra o aumento do custo de vida.

interjovens
CGTP
Intersindical Nacional

Mexe-te!



- Pela Melhoria das condições de vida e de trabalho!
- Pela Estabilidade e segurança no emprego!
- Por Aumentos salariais!
- Pelo Emprego com direitos!
- Pelo Direito a uma vida melhor!

Dia 13 de Março participa no espaço dos jovens na Grande Manifestação Nacional!

Sindicaliza-te!



Ontem em nome do défice, hoje, em nome da crise, ano após ano, governo após governo, a lógica dos patrões e do Governo PS é a mesma: pôr os trabalhadores a pagar e o patronato a lucrar.

É hora de lutar contra a retirada de direitos, a degradação das condições de trabalho, o aumento do desemprego e da precariedade, a desregulação dos horários de trabalho e o aumento da pressão e repressão nos locais de trabalho.

É URGENTE PROCURAR OUTRO RUMO

A esmagadora maioria dos trabalhadores com contrato a prazo, trabalho temporário, ou recibo verde está em postos de trabalho permanentes e devem ter um contrato de trabalho permanente.

É urgente MUDAR DE RUMO. A luta por mais emprego com direitos, sem precariedade é de todos os trabalhadores, porque com estabilidade os trabalhadores têm mais condições para projectar o seu futuro de vida, assumir os seus compromissos de cidadãos, para lutar e reivindicar melhores salários e condições de trabalho.

A INTERJOVEM/CGTP-IN reafirma que o combate à precariedade, a defesa do emprego com direitos e a melhoria dos salários passa por outras opções políticas, no plano social e económico, pela revisão das normas gravosas do código do trabalho e da legislação laboral para a Administração Pública, pelo controlo, fiscalização do trabalho precário e a criminalização dos patrões que apostam no trabalho ilegal e clandestino.

